

Porto Alegre, 22 de março de 2024.

**Excelentíssima Sra. Patricia Alba  
DEPUTADO ESTADUAL  
Assembleia Legislativa do RS**

**ASSUNTO: DECRETOS ESTADUAIS DO GOVERNADOR EDUARDO LEITE QUE  
AUMENTAM OS TRIBUTOS DA CESTA BÁSICA**

A **Federação Varejista do Estado do Rio Grande do Sul**, entidade civil com sede em Porto Alegre, na Av. Senador Tarso Dutra, 565, sala 1711, Petrópolis – CEP 90690-140 – Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob nº 44.126.569/0001-73, neste ato representada pelo seu presidente Ivonei Miguel Pioner, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência dizer e, ao final, requerer o que segue:

Diante da proximidade do vigoramento dos decretos governamentais no próximo dia 1º que, além de aumentarem impostos, punem o cidadão gaúcho, a Federação Varejista do Rio Grande do Sul se posiciona incisivamente contrária à postura do governo do Estado.

É inadmissível que tenhamos, mais uma vez, que pagar a conta para o governo arrecadar mais. Ainda mais de uma maneira tão insensível. A população do Estado será taxada sobre produtos da cesta básica, sequestrando renda dos trabalhadores e prejudicando uma alimentação mais saudável.

Itens antes isentos de ICMS terão uma cobrança de 12%. Estamos falando de ovos, leite (exceto UHT), pão francês, frutas, hortaliças – impactando pequenos agricultores, indústria de laticínios e a cadeia de panificação. Outros produtos, que tinham uma alíquota de 7% sofrerão uma majoração para 12%. Nesse caso, entram carnes, farinha de trigo, arroz, além de café e erva-mate, entre outros produtos.

É imperioso que a sociedade se una às entidades de classe, pressionando o governo para rever sua postura. Importante esclarecer que são 63 setores que sofrerão cortes nos benefícios fiscais. Isso representa um perigo para a economia gaúcha. Além do já citado aumento na cesta básica, comprometendo a renda das

*Sistema CNDL*



famílias, a medida do governador Eduardo Leite retira a competitividade dos negócios e representa uma ameaça aos empregos.

O aumento da carga tributária é nocivo para as empresas, que comprometem seus investimentos, podendo significar até mesmo o fechamento de algumas. O comprometimento do consumo é outro ponto que prejudica, principalmente, o varejo. Quando não há consumo, as indústrias freiam a produção e os estabelecimentos não geram arrecadação de impostos, prejudicando a arrecadação de receita para o governo – justamente o que o Estado deseja.

A Federação Varejista do RS, ao lado de outras forças associativas, não irá desistir de lutar para que o governo revogue na íntegra os decretos a fim de livrar a população gaúcha de uma verdadeira injustiça que está prestes a ser cometida. Mais impostos, não.

Diante disso, a Federação Varejista do Estado do Rio Grande do Sul vem manifestar a sua contrariedade aos decretos de aumento da alíquota do ICMS dos produtos da cesta básica, uma vez que é comprovado que os efeitos ocasionados pelo aumento serão reversos aos quais são pretendidos pelo Governo.

Por outro lado, para estimular o crescimento da economia e a arrecadação, deve o ente público promover ações que visam estimular os setores da indústria, comércio e serviços em geral, o que, conseqüentemente, aumentará a arrecadação tributária e gerará maior riqueza, combatendo a crise fiscal sofrida pelo Estado.

Sendo o que tínhamos para o momento, desde já agradecemos a compreensão e colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente  
  
Ivonei Miguel Pioner  
Presidente

Sistema CNDL

